

# Catadoras/recicladoras na Região Metropolitana de Porto Alegre: organização do trabalho e identidade ocupacional

Clítia Helena Backx Martins\*

## Introdução

No presente artigo, enfocam-se aspectos sobre organização do trabalho e identidade ocupacional relativos à participação de mulheres catadoras na atividade de separação e pré-beneficiamento de resíduos sólidos recicláveis em galpões de reciclagem situados na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), com base em pesquisa de campo efetuada durante o ano de 2003.

As atividades organizadas de coleta, seleção e reaproveitamento dos resíduos sólidos no Brasil são relativamente recentes e vêm se acentuando nos últimos 10 anos como consequência da crescente preocupação com o esgotamento de recursos não renováveis e com a degradação do meio ambiente.

Uma das características significativas da organização de grupos de catadores/recicladores refere-se à presença majoritária de mulheres entre os trabalhadores nos galpões construídos para a separação e a reciclagem do lixo, o que é explicado, parcialmente, pelo fato de que o problema do desemprego e da precariedade no trabalho entre a População Economicamente Ativa (PEA) das regiões metropolitanas brasileiras atinge em maior proporção o sexo feminino.

Ressalta-se, outrossim, que um dos principais desafios nessa organização diz respeito à própria construção da identidade ocupacional ou “profissional”, ainda incipiente, dessas trabalhadoras, e ao fato de que algumas se identificam como catadoras, enquanto outras se apresentam como recicladoras. Por essa razão, no desenvolvimento deste artigo, utiliza-se preferencialmente a denominação catadoras/recicladoras para essa categoria.

Na primeira parte do artigo, enfocam-se questões sobre as formas como se apresenta o trabalho na sociedade contemporânea, dando-se atenção aos processos de precarização e de provisoriade nas relações de trabalho atuais, bem como às alternativas de geração de ocupação e de renda que se oferecem dentro do espectro da economia solidária. Observa-se também a delimitação de aspectos referentes à divisão sexual do trabalho e à participação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho.

Na segunda parte, abordam-se sucintamente a estruturação e a caracterização de associações de reciclagem em Porto Alegre e em sua região metropolitana, e analisam-se aspectos concernentes à organização do trabalho e à identidade ocupacional das trabalhadoras na reciclagem do lixo, concluindo-se com algumas considerações finais.

---

\*Economista da FEE, Mestre e Doutora em Sociologia, Professora da PUCRS.

# 1 - Transformações contemporâneas no mundo do trabalho: precariedade, provisoriedade e propostas alternativas

## 1.1 - O trabalho na sociedade global

As transformações no mundo do trabalho, na sociedade contemporânea, concomitantes aos processos de reestruturação produtiva e de globalização, pressupõem não apenas uma nova configuração das relações laborais e da organização econômica, mas também um tipo de cultura pelo qual se amplia a sujeição dos trabalhadores (Castro, 2001).

O esgotamento do modelo de produção fordista prenunciou a crise que se instaurou no sistema produtivo em meados da década de 70, ocasionada originalmente pelo “choque do petróleo”, que levou ao aumento drástico dos preços desse produto, bem como à crise fiscal do Estado de Bem-Estar Social. Simultaneamente, ocorreram drásticas mudanças nos paradigmas de trabalho e de empregabilidade, trazidas por uma nova lógica de organização das cadeias produtivas no capitalismo global (Fiori, 1995; Pochmann, 1995; Dupas, 1999).

A flexibilização das relações de trabalho e a instabilidade geral nas condições de vida têm propiciado situações relativas à exacerbação do individualismo narcisista contrário à solidariedade associativista, definido por Lasch (1990; 1991), bem como ao processo que Sennet (2001) descreveu como a corrosão do caráter. Com a prevalência de novas regras, a precariedade do trabalho leva à fragmentação de lealdades e à competição acirrada entre os trabalhadores. Um dos aspectos cruciais referentes a essa problemática consiste nas dificuldades enfrentadas por mulheres e homens que buscam uma inclusão no mercado de trabalho e, por extensão, na sociedade.

Nesse sentido, os estudos sobre a questão do trabalho e da inserção social têm sofrido uma mudança no foco principal de análise; se, antes, a preocupação maior se dirigia às condições de exploração de trabalhadores “inseridos”, o enfoque atual é de localizar as formas ainda possíveis de inserção, dentro de condições mínimas de trabalho e remuneração dignos (Dupas, 1999).

Pochmann (1999), por sua vez, indica o aprofundamento de formas tradicionais de exclusão, tais como o subemprego, os baixos rendimentos e a informalidade, às quais se agregam novas formas de exclusão relativas a desemprego aberto, ocupações atípicas e precarização das condições e das relações de trabalho. Ele alerta para o fato de que, se, por um lado, essas novas formas de exclusão têm se consolidado, por outro, os mecanismos tradicionais de proteção social destinados a enfrentar e a amenizar a exclusão encontram-se bastante comprometidos.

Efetivamente, as transformações nas condições e nos vínculos de trabalho, bem como no *status* do assalariado, tendem a quebrar as trajetórias de identificação social e de integração comunitária, gerando novas formas de vulnerabilidade social. Ao ser excluído do mercado de trabalho, um indivíduo pode ser levado não somente à privação material, como também à limitação de seus direitos e à fragilização psicológica, o que tem implicações variadas sobre sua auto-estima e sua autodeterminação. Pode-se afirmar, então, que o desemprego (ou a desocupação) representa um risco individual e coletivo, com graves impactos sobre a manutenção do bem-estar e da cidadania.

Para explicar o processo de exclusão social em países periféricos como o Brasil, Dupas (1999) coloca, junto à variável renda, alguns outros aspectos que indicam a existência, ou não, de “exclusão efetiva”, tais como a inserção ocupacional, a etnia, o gênero, as condições de moradia e a condição de cidadania.

Tomando-se outro aspecto da questão das mudanças no mundo de trabalho, pode-se apontar o aumento acelerado do setor informal em relação ao setor formal da economia. De acordo com Marcuse (2000), uma definição de setor informal, utilizável para a adoção de políticas públicas, deve contemplar as atividades onde os trabalhadores estão sujeitos a um nível socialmente inaceitável de compensação e de segurança e que poderiam ser conduzidas de maneira mais eficiente, deixando de ser econômica e socialmente prejudiciais.

Na visão da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o setor informal é, por definição, precário, situando-se fora do controle estatal e mantendo os trabalhadores isolados e com poucas condições de organização. Contudo ele demonstra um peso crescente nos países em desenvolvimento, tendo expressão, fundamentalmente, na economia urbana, onde predomina o Setor Terciário. Ainda segundo a OIT, não há evidências de que existam atores significativos no setor informal de países periféricos. Mesmo as associações de trabalhadores informais são consideradas limitadas, por sua amplitude operacional reduzida e por sua pouca efetividade em termos de gerar renda e estabilidade aos associados. Esses aspectos desafiadores podem levar a situações de desconfiança e de pouca integração entre os membros das associações, que não conseguem vislumbrar a possibilidade de ações coletivas para melhorar as condições de trabalho. No entanto, a OIT reconhece a necessidade de chamar e de incluir, nas organizações e nas representações de trabalhadores, os autônomos, os trabalhadores precários, os microempresários e os desempregados (Dupas, 1999).

## 1.2 - Alternativas para a geração de ocupação e de renda

As visões alternativas sobre a geração e a manutenção de ocupação e de renda passam pelo questionamento de uma série de pressupostos que orientaram historicamente as políticas de trabalho no modelo fordista de produção. O aspecto principal concerne à garantia exclusiva do pleno emprego, por parte do Estado, nos países onde vigorava o Welfare State.

No contexto de propostas alternativas para o desemprego, percebe-se a formação de uma rede de iniciativas diferenciadas que tem em comum a prioridade concedida a trabalhadores que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho. Com nomes diversos, como economia solidária, economia popular, economia cidadã, economia comunitária, “outra” economia ou socioeconomia solidária, essas experiências estão, em grande parte, vinculadas a políticas públicas e, muitas vezes, a projetos de desenvolvimento local que se contrapõem à exclusão e ao desemprego ocasionado pelos planos macroeconômicos de cunho neoliberal.

A economia solidária está fundamentada na visão da solidariedade (ou cooperação) como mecanismo orientador, em contraponto à fórmula de competição do modelo econômico capitalista, buscando práticas que desenvolvam melhores condições e relações de trabalho (Souza, 2000).

Entre as formas mais representativas de economia solidária, encontram-se o cooperativismo e o associativismo, que funcionam basicamente segundo os modelos de autogestão e de participação plena. Embora existam grandes semelhanças entre as cooperativas e as associações, como no funcionamento de modo autogestionário, observam-se também algumas diferenças entre elas, em especial no que diz respeito à legislação sobre formação, tipos de operação e distribuição dos rendimentos arrecadados com os serviços e bens produzidos pelos participantes. No tocante à formação, as diferenças evidenciam-se pelo fato de que a associação, do ponto de vista jurídico, é mais simples; entretanto, em relação à cooperativa, ela apresenta maior limitação para a obtenção de recursos financeiros oficiais, como créditos bancários (Albuquerque, 2003).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> O Novo Código Civil Brasileiro, em vigência desde 10.01.03, dedica um capítulo específico a “Associações”, no seu Título II – Das Pessoas Jurídicas, artigos 53 a 61, definindo e regulamentando a constituição e a gestão dessas entidades, enquadradas como “sociedades civis sem fins econômicos” (Castro, 2003). Nesse sentido, em questões referentes aos resultados financeiros, fica estabelecido que os associados não poderão mais dividir as sobras de atividades produtivas, que deverão ser totalmente reinvestidas na própria associação. No caso dos dirigentes das associações, estes poderão apenas receber reembolsos de despesas efetuadas para o desempenho de suas funções (Albuquerque, 2003).

Cumpra ressaltar que as recentes mudanças no Código Civil trazem alguns desafios às associações de trabalho<sup>2</sup>, como as associações de catadores/recicladores, no sentido de elas se enquadrarem às novas determinações, principalmente nos aspectos relativos aos recursos financeiros e à remuneração dos associados.

É importante também salientar que, embora as razões de formação de associações e cooperativas estejam, em geral, ligadas a questões como o desemprego, a falta de oportunidades e a desigualdade na sociedade capitalista, uma parcela dos trabalhadores envolvidos nesse processo não possui a visão geral sobre o que ele representa, atendo-se às questões mais imediatas de conquista e de manutenção de uma fonte de sobrevivência. Contudo essas formas de economia solidária têm buscado a reintegração e ressocialização de pessoas que se encontravam à margem do mercado de trabalho e com inserções periféricas na sociedade, visando à conscientização e ao empoderamento desses trabalhadores, através dos crescimentos individual e coletivo.

### 1.3 - Participação das mulheres no mercado de trabalho e feminização da pobreza

No tocante às questões vinculadas à participação feminina no mercado de trabalho, percebe-se que, embora tenha aumentado consideravelmente, nas últimas décadas, na maioria dos países, ela continua sendo caracterizada por uma inserção marginal, frágil e instável, concentrando-se em setores de menor *status* e com remuneração inferior à dos homens, com jornadas de trabalho menores ou de igual extensão e com níveis de escolaridade superiores.

Em termos de características do trabalho feminino, percebe-se que as mulheres se concentram em empregos não qualificados ou semiquualificados; as tarefas, em geral, são monótonas, de ciclo curto, requerendo destreza manual e atenção minuciosa; o controle sobre a mão-de-obra feminina é exercido de formas diferentes daquelas adotadas para a mão-de-obra masculina, como, por exemplo, o controle sobre o uso do banheiro. Outro aspecto diz respeito à disciplina no trabalho: as mulheres trabalhadoras, em geral, são consideradas mais disciplinadas ou disciplináveis do que os homens, sendo a elas reservadas as funções com pouca movimentação, com ritmos de trabalho fixados pelas máquinas e pelas esteiras, ou seja, com menor possibilidade de iniciativa por parte da mão-de-obra na determinação do tempo individual e do trabalho coletivo (Souza-Lobo, 1991).

Essa diferenciação está relacionada ao processo de divisão sexual do trabalho, que segue um padrão de discriminação sexual subjetiva, e é reforçada por noções preconcebidas sobre o que seriam tarefas tipicamente masculinas e femininas. Constata-se, portanto, a existência de um “(...) discurso de adequação do ‘masculino’ e ‘feminino’, ou seja, conteúdos que a partir do sexo biológico constroem representações de gênero” (Stolcke apud Souza-Lobo, 1991, p. 55). Trabalho de mulher na linha de montagem seria o “trabalho leve”, ou o “trabalho delicado”, que requer dedos finos, mãos delicadas, dentre outras palavras, destreza e habilidade, enquanto o trabalho pesado é atribuído aos homens, em função da força física. Todavia, enquanto a qualidade de força é recompensada em termos de salário, o mesmo não acontece, ou pelo menos não na mesma proporção, com a qualidade de destreza.

Quanto aos níveis de rendimento, percebe-se, como fenômeno mundial, que os diferenciais entre homens e mulheres seguem a lógica discriminatória de menor valorização socioeconômica do trabalho feminino em relação ao masculino, existente em quase todos os países. O índice de desenvolvimento relativo ao gênero do **Informe sobre Desenvolvimento Humano — 2001** (PNUD, 2001), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com dados de 1999, mostra que o valor estimado da renda

<sup>2</sup> Albuquerque (2003, p. 17) identifica as “associações de trabalho” como aquelas que “(...) incluem as associações de trabalhadores ou de pequenos proprietários organizados para a realização de atividades produtivas; a prestação de serviços ou de trabalho de produção e comercialização de mercadorias”.

anual por trabalho remunerado (em dólares norte-americanos), para homens e para mulheres, varia consideravelmente em todo o mundo. Assim, em 1999, nos Estados Unidos, as mulheres receberam US\$ 24.302,00, enquanto os homens obtiveram, em média, US\$ 39.655,00; na Arábia Saudita, as mulheres tiveram rendimentos de US\$ 2.715,00, contra US\$ 17.857,00 recebidos pelos homens; e, no Brasil, a média de ganhos das mulheres foi de US\$ 4.067,00, e a dos homens correspondeu a US\$ 10.077,00 (PNUD, 2001).

De acordo com dados da pesquisa nacional sobre mulheres com idade acima de 15 anos, elaborada pela Fundação Perseu Abramo em 2001, 53% das mulheres brasileiras estavam na PEA, sendo que, destas, 43% estavam no setor informal, 32% no setor formal, e as restantes, desempregadas. No entanto, apenas 17% do total das mulheres brasileiras nunca exerceram qualquer tipo de atividade remunerada. A mesma pesquisa indica que 42% das mulheres residiam em domicílios com renda familiar de até dois salários mínimos, e cerca de um terço dos domicílios brasileiros tinha como principal provedor uma mulher (Fundação Perseu Abramo, 2001).

Nesse sentido, há que se considerar o fenômeno da **feminização da pobreza**, que acompanha os processos de globalização, reestruturação produtiva e precarização do trabalho, com a concomitante vulnerabilização de grupos específicos da sociedade, dentre eles as mulheres. O aumento da vulnerabilidade social da classe trabalhadora atinge, pois, principalmente as mulheres e as crianças, ou seja, aqueles grupos familiares nos quais a mulher é a principal ou única provedora, não havendo um adulto do sexo masculino que compartilhe a responsabilidade pela subsistência da família. Contudo a **feminização da pobreza** não pode ser tomada literalmente como crescimento do contingente feminino entre os pobres, "(...) mas como o aumento da visibilidade estrutural da pobreza das mulheres" (Castro, 2001, p. 91).

Identificando-se a relação entre a inserção ocupacional e o tratamento desigual de homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro, verifica-se que 50% das mulheres se encontram em ocupações que agregam menos de 5% da força de trabalho masculina, enquanto o reverso também é verdadeiro: 50% dos homens estão em ocupações que abarcam menos de 5% da força de trabalho feminina. Assim, diferenças na inserção ocupacional explicam uma parcela representativa dos diferenciais salariais por gênero, estimando-se que estes seriam reduzidos em torno de 33% se os homens tivessem a mesma inserção ocupacional que as mulheres (Barros; Machado; Mendonça, 1997).

Quanto aos dados relativos à Região Metropolitana de Porto Alegre, verifica-se que, enquanto a taxa média de desemprego na RMPA caiu de 16,6% em 2000 para 14,9% em 2001, neste último ano, houve um aumento da participação, entre os desempregados, dos segmentos representados pelas mulheres (de 52,7% para 54,1%), pelos de cor não branca (de 17,0% para 18,4%) e pelos cônjuges (de 19,9% para 21,1%), dentre outros atributos pessoais (Informe PED, 2002).

No que diz respeito aos rendimentos por sexo na RMPA, os dados demonstram que, em 2000, as mulheres obtinham o equivalente a 68,3% do que os homens recebiam, e, em 2001, esse percentual passou a 69,1%. Todavia essa relativa melhora se deu em um quadro de piora em termos absolutos para homens e mulheres: os rendimentos médios reais dos homens, em 2000, eram de R\$ 849,00 e, em 2001, passaram a ser de R\$ 816,00; os das mulheres eram de R\$ 580,00 e passaram a R\$ 564,00 (Mulher e Trabalho, 2002). No que tange à renda familiar média das famílias chefiadas por mulheres com filhos, em 2000, esta era de R\$ 809,00, representando menos de 60% da renda familiar média das famílias chefiadas por homens com filhos residentes, que era de R\$ 1.355,00 (Galeazzi, 2001).

Já o índice cultural de gênero, utilizado em uma pesquisa<sup>3</sup> com o objetivo de mensurar mudanças ocorridas na família e na condição da mulher brasileira, mostrou que, dentre as metrópoles, Porto Alegre foi a que mais se destacou em termos de transformações de cunho cultural no *status* feminino (Oliveira, 2002).

<sup>3</sup> Trata-se da pesquisa **Sistema Integrado de Indicadores de Gênero nas Áreas de Trabalho e de Educação: uma proposta de construção de um índice cultural de gênero**, através do convênio Unifem/GTZ/IBAM, citada em Oliveira (2002). A pesquisa

Dados do **Censo 2000** evidenciam que, das capitais brasileiras, Porto Alegre apresenta o maior percentual de domicílios com chefia feminina, isto é, 38,2%. Contudo as informações contidas na PNAD de 1998 mostram que 34,2% das famílias chefiadas por mulheres na Região Metropolitana de Porto Alegre recebiam até um salário mínimo mensal como renda familiar, estando, portanto, abaixo da linha de pobreza (Castro, 2001).

Enfim, no Brasil como um todo, é crescente entre as formas de ocupação feminina a participação no trabalho por conta própria (autônomo), o que caracteriza um **refúgio de sobrevivência** para a mão-de-obra expulsa do setor mais formalizado do mercado de trabalho (Bruschini; Lombardi, 2002).

## 2 - Estruturação, organização do trabalho e identidade ocupacional de catadoras/recicladoras

### 2.1 - Caracterização das associações de reciclagem na Região Metropolitana de Porto Alegre

No presente tópico, abordam-se alguns aspectos sobre a formação de associações de catadores/recicladores na Região Metropolitana de Porto Alegre e sobre a organização das suas atividades, através da estruturação do trabalho coletivo e da construção de galpões, onde são executadas as tarefas de separação e de pré-beneficiamento do material seco com potencial de reciclabilidade.

As atividades de catar e de separar o lixo diretamente nas ruas das cidades apresentam-se como uma forma de ocupação antiga e conhecida, com condições de trabalho, em geral, extremamente insalubres, precárias e desagregadas. Carregando até 200kg de material em cada viagem, o rendimento dos catadores depende, em grande parte, do tipo e da quantidade de lixo urbano, variável conforme o tamanho de cada cidade e da época do ano. Como Calderoni (1998) aponta, as perspectivas dos catadores de rua e dos carrinheiros são limitadas pela situação de clandestinidade ou de semiclandestinidade em que se eles se encontram, constituindo-se sua atividade em uma alternativa à marginalidade. Ainda assim, para vastos setores da população — os mais pobres dentre os pobres urbanos, com mais baixo *status* e com uma presença predominante de mulheres e crianças —, a coleta de lixo nas ruas representa, muitas vezes, a única fonte de sobrevivência.

Entretanto uma alternativa para a inclusão dessas pessoas, em uma perspectiva que se aproxima da idéia de economia solidária, tem sido a geração de postos de trabalho através da criação de associações (ou pré-cooperativas) de catadores/recicladores de resíduos sólidos, o que assume uma importância considerável como possibilidade de ocupação para populações excluídas em países em desenvolvimento.

De acordo com Calderoni (1998), a formação de associações ou cooperativas de catadores consiste em uma relevante inovação institucional, pois permite uma melhora nos ganhos desses trabalhadores em relação ao trabalho de catação de rua, e torna-os menos vulneráveis nas negociações com as indústrias ou com os intermediários que compram o material reciclável. Associando-se, os catadores passam a trabalhar em galpões estruturados para a separação dos resíduos e para algumas tarefas de pré-beneficiamento dos materiais. Ressalta-se, contudo, que, mesmo em municípios onde já existem galpões de reciclagem e coleta seletiva oficial, uma parcela considerável dos resíduos recicláveis é ainda coletada por catadores de rua e repassada a intermediários.

---

levou em consideração questões como: idade média ao casar, formação de uniões sem vínculos legais, número médio de filhos, trabalho extradomiciliar das cônjuges com filhos pequenos e diferencial de escolaridade entre cônjuges (percentual de mulheres com escolaridade superior à dos seus cônjuges).



Na RMPA, a primeira associação de catadores, que foi também a primeira no Rio Grande do Sul, organizou-se na Ilha Grande dos Marinheiros<sup>4</sup>, em 1986, com o nome de Associação de Catadores de Material de Porto Alegre, tendo surgido no contexto de um trabalho eclesial de base da Igreja Católica, orientado e desenvolvido por Antônio e Matilde Cechin.

Com o crescimento e a repercussão da campanha pela reciclagem, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, interessou-se pelo trabalho que estava sendo realizado com os catadores, e a experiência na Ilha Grande passou a servir como laboratório para o programa de apoio à formação de associações de catadores/recicladores, adotado pela municipalidade de Porto Alegre a partir de 1989.

Atualmente, existem em funcionamento, no Município de Porto Alegre, nove galpões de reciclagem e uma usina mista para compostagem de produto orgânico e reciclagem. Dentre essas associações, destaca-se o Centro de Educação Ambiental (CEA), um complexo de instalações situado no coração da Vila Pinto<sup>5</sup>, na zona leste de Porto Alegre, que propicia atividades profissionais de triagem e de reciclagem, principalmente para mulheres de baixa renda residentes na Vila, bem como ações socioculturais e de lazer para a comunidade do entorno (Bueno, 2001; Delevati et al., 2002).

As 10 unidades de triagem mantêm convênios com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através do DMLU e da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio (SMIC), envolvendo, no total, cerca de 600 trabalhadores. Através dos convênios, as respectivas associações recebem os suprimentos de resíduos sólidos resultantes da coleta seletiva em Porto Alegre, além de terem instalações e alguns equipamentos cedidos pelo poder público, e, em alguns casos, isenção de pagamento de água ou luz, ou de ambos. A renda líquida média dos trabalhadores nas associações, em Porto Alegre, gira em torno de um salário mínimo mensal.

Dados empíricos, coletados através da pesquisa **Projeto Galpão: Escolarização nas Unidades de Reciclagem em Porto Alegre**, realizada através do convênio UFRGS/PMPA/SMED (2001), sobre os galpões de reciclagem na Capital, fornecem elementos para se traçar um perfil desses trabalhadores. O que se obtém como resultado é que existe uma preponderância de mulheres, que correspondem a 67% dos catadores/recicladores na Capital; quanto ao item cor, a parcela majoritária entre os catadores é composta por pessoas negras ou pardas, em percentual de 54%; relativamente à escolaridade, os níveis são baixos, com quase 10% de analfabetos, cerca de 15% que apenas se alfabetizaram, e 65% que têm o ensino fundamental incompleto, o que soma 90% dos catadores/recicladores entrevistados. Quanto ao fator idade, observa-se que 51% dos catadores têm até 29 anos, configurando-se uma predominância de jovens. No entanto, ao se fazer o cruzamento das variáveis sexo e idade, percebe-se que os homens são mais representativos na faixa etária até 29 anos, sendo que, entre as mulheres, existe um percentual significativo (31% das trabalhadoras) na faixa dos 30 aos 40 anos. Esse dado indica que o trabalho na reciclagem atrai homens jovens, que não permanecem nos galpões após os 30 anos, ou, pelo menos, não na mesma proporção que as mulheres.

No que diz respeito aos aspectos de experiência profissional anterior, os entrevistados mencionaram 50 categorias diferentes de trabalho, que vão de “músico de boate” a “pescador”. Contudo há uma incidência maior de experiência prévia em trabalhos domésticos, representando 35% do total; por sua vez, 14% já haviam trabalhado anteriormente com lixo, como papeleiros, catadores ou garis; e 8% haviam passado pela construção civil, como pedreiros, serventes ou auxiliares.

<sup>4</sup> Como mostrou o premiado documentário **Ilha das Flores**, do cineasta gaúcho Jorge Furtado, feito na Ilha Grande dos Marinheiros, em 1989, na década de 80 era comum a disputa dos habitantes mais pobres da Ilha por alimentos contidos no lixo que era levado para a criação de porcos.

<sup>5</sup> A Vila Pinto está localizada no Bairro Mato Sampaio, em Porto Alegre, onde se situam diversas vilas populares, conformando um extenso bolsão de miséria urbana e já tendo abrigado um dos maiores centros do narcotráfico na capital gaúcha (Delevati et al., 2002).

Em outros municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, a implantação de projetos de coleta seletiva e de galpões de reciclagem, com estímulo à criação de associações de catadores/recicladores, tem-se dado mediante o apoio financeiro e a consultoria técnica da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan). Em alguns municípios, como Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Viamão e Triunfo, a entidade construiu galpões de triagem, realizando vistorias e dando assessoramento às prefeituras na implantação e na continuidade dos projetos relativos a sistemas de processamento de resíduos sólidos, dentro de uma visão de que abrange “(...) questões de drenagem urbana, de saúde pública e de proteção ambiental, temas centrais da problemática urbana” (Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional, 2000, p. 16).

## 2.2 - Organização e identidade ocupacional das trabalhadoras na reciclagem de lixo

Na atividade relativamente recente de trabalho organizado em galpões de reciclagem, observa-se que as mulheres se destacam, em termos numéricos, na composição de uma parte substancial dos grupos, chegando a ter visível participação em cargos de liderança. Contudo a permanência de diferenças nos rendimentos, a favor dos homens, em alguns galpões, expõe claramente uma questão de gênero e de divisão sexual do trabalho.

Uma indagação inicial sobre essa característica de predominância de mulheres na maior parte dos galpões de reciclagem na Região Metropolitana de Porto Alegre diz respeito ao que as motiva a participarem desse tipo de atividade, além das razões meramente econômicas. Nesse sentido, seria esta uma ocupação que tende a se feminizar? A resposta mais efetiva, por parte das mulheres, para o trabalho nos galpões, significa uma solução para o desemprego de uma parcela de mão-de-obra feminina? Existe uma característica identitária de gênero na constituição da ocupação de reciclador(a)?

No aspecto de organização do trabalho nos galpões, observam-se algumas questões quanto à divisão e ao rodízio de tarefas, com caracterização de trabalho diferenciado para homens e para mulheres. Em alguns casos, há mulheres que se especializaram em funções consideradas “femininas”, como a separação inicial dos tipos de resíduos, e os homens, em funções “masculinas”, como, por exemplo, esvaziar as bombonas e manejar as prensas ou outros equipamentos pesados. Desse modo, a divisão sexual do trabalho dentro dos galpões manifesta-se e mantém-se, em parte, através da alegação da existência de **habilidades específicas** determinadas pelo sexo do trabalhador. Contudo a “tecnologia corporal” das mulheres recicladoras, referida por Bueno (2001), não se mostra incompatível com as máquinas e com o universo “masculino” de trabalho, já que elas assumem, muitas vezes, as mesmas tarefas executadas pelos homens. Por outro lado, sua proclamada “maior sensibilidade” — a motricidade fina, que lhes dá melhor capacidade de tato e destreza para separar os resíduos — nem sempre é recompensada, em termos de rendimentos, de maneira equivalente à qualidade “masculina” da força em lidar com os equipamentos mais pesados.

Por sua vez, a predominância numérica das mulheres nos galpões de reciclagem tem levado a uma correspondente proporção em termos de participação nas decisões e na formação de lideranças, o que se observa em algumas das associações na RMPA. Entretanto esse processo de participação conjunta de homens e mulheres nas decisões não foi “de mão beijada”, sendo o resultado de reivindicações das catadoras/recicladoras.

Nas questões de identidade com a ocupação, constata-se o problema da invisibilidade dos catadores/papeleiros/recicladores em dados estatísticos oficiais sobre a População Economicamente Ativa no Brasil. Sendo considerada uma nova ocupação, tendo passado por processo recente de reconhecimento e de regulamentação dentro da proposta revisada da **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2000)**, a



atividade de catador não detém uma posição estabelecida no âmbito das estatísticas oficiais ou mesmo em pesquisas sobre empregos e rendimentos de outros órgãos.<sup>6</sup>

Na inclusão dos catadores/recicladores na CBO 2000, houve um debate nacional sobre a denominação a ser adotada para a ocupação entre os termos “reciclador” ou “catador”. Os próprios trabalhadores da reciclagem não detêm um consenso sobre esse ponto, já que, para alguns deles, os “recicladores” propriamente seriam os trabalhadores assalariados em indústrias de reciclagem (beneficiamento e transformação final do material reciclável), enquanto os “catadores” seriam os coletadores e/ou os separadores de resíduos, organizados em associações, como cooperativas populares ou cooperativas de trabalho. Entretanto a Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul (FARRGS) defende a denominação “recicladores” para os trabalhadores da triagem e do pré-beneficiamento do lixo; assim, as associações de trabalhadores na reciclagem, em especial no Rio Grande do Sul, conservam essa designação (FARRGS, 2002).

Nos relatos sobre as trajetórias de formação e de organização dos catadores/recicladores, percebe-se que a consciência de pertencer a um grupo, isto é, a determinação de sua identidade como uma nova categoria ocupacional ou “profissional”, leva em consideração não apenas os ganhos materiais relativos às atividades de reciclagem, mas também os aspectos de “resgate” social dos trabalhadores e/ou de vínculo com o tipo de trabalho que estão executando, pela importância que ele representa como um serviço de cuidado com o meio ambiente.

Tangenciando a questão de gênero, observa-se que as perspectivas de identidade ocupacional para homens e mulheres, entre os catadores/recicladores, mostram algumas diferenças, o que se percebe nas respostas a diversas perguntas sobre suas motivações e expectativas em relação à atividade que desempenham, aos aspectos positivos e negativos no trabalho de reciclagem, e a seus sonhos quanto ao futuro.

Em entrevistas realizadas com 39 trabalhadores de três unidades de reciclagem situadas na RMPA, sendo 21 homens e 18 mulheres, constataram-se algumas distinções em relação aos aspectos assinalados acima.

Questionados sobre sua principal motivação para o trabalho na reciclagem, os catadores/recicladores deram respostas variadas, que podem ser classificadas em cinco categorias principais: respostas ligadas a fatores de renda e à necessidade de se ter um trabalho; respostas que mencionam o orgulho ou a importância de se trabalhar com o meio ambiente; respostas que combinam os dois aspectos anteriores, renda e meio ambiente; respostas que relacionam o trabalho na reciclagem ao crescimento pessoal; e repostas “neutras”, que não especificam identidade com o trabalho ou razões econômicas para o engajamento na ocupação de catador/reciclador (Tabela 1).

Para as mulheres, a motivação em função da relevância de trabalhar com o meio ambiente foi o principal fator apontado (44%), seguido de respostas neutras (28%) e do crescimento pessoal (22%); a questão da renda, isoladamente, não foi mencionada por nenhuma das entrevistadas. No caso dos homens, não há um fator que predomine absolutamente sobre os outros, podendo-se mencionar a motivação relacionada à relevância de trabalhar com questões ambientais, porém com o percentual de 24%, bem mais modesto do que o percentual feminino para esse fator. Por sua vez, respostas neutras também obtiveram esse percentual (24%), enquanto motivos relacionados à renda e à necessidade de trabalho corresponderam a 19% das respostas masculinas, e crescimento pessoal representou somente 14% (Tabela 1).

<sup>6</sup> Na Pesquisa de Emprego e Desemprego, para algumas regiões metropolitanas do Brasil, dentro do método elaborado pelo DIEESE e pela Fundação SEADE de São Paulo, a atividade de reciclador é incluída no item Outras ocupações ou ocupações mal definidas, vala comum onde são colocadas as atividades relacionadas a novas profissões ainda não totalmente assimiladas no “mundo do trabalho”.

Tabela 1

Distribuição dos trabalhadores entrevistados, segundo a motivação para o trabalho e o sexo, das associações de reciclagem da RMPA — 2003

MOTIVOS	SEXO			
	Masculino		Feminino	
	Número	%	Número	%
Renda/necessidade de trabalho .....	4	19	-	-
Questões ambientais .....	5	24	8	44
Renda/trabalho mais meio ambiente .....	3	14	1	6
Crescimento pessoal .....	3	14	4	22
Outras respostas .....	5	24	5	28
Não responderam .....	1	5	-	-
<b>TOTAL</b> .....	21	100	18	100

FONTE: Pesquisa de campo.

Entretanto, ao serem indagados sobre o aspecto que consideram prioritário no trabalho, dentre as opções segurança, respeito, renda e cuidado com o meio ambiente, 43% dos homens assinalaram a última opção (meio ambiente), e 33% indicaram a segurança como aspecto principal. Por outro lado, as trabalhadoras apontaram a segurança como aspecto prioritário (33%), seguido do respeito (28%), enquanto o cuidado com o meio ambiente é a opção prioritária de apenas 17% das mulheres (Tabela 2).

Tabela 2

Distribuição dos trabalhadores entrevistados, segundo o aspecto prioritário no trabalho e o sexo, das associações de reciclagem da RMPA — 2003

ASPECTOS	SEXO			
	Masculino		Feminino	
	Número	%	Número	%
Segurança .....	7	33	6	33
Respeito .....	4	19	5	28
Renda .....	1	5	4	22
Cuidado com o meio ambiente .....	9	43	3	17
<b>TOTAL</b> .....	21	100	18	100

FONTE: Pesquisa de campo.

Na questão respectiva à expectativa de seguir, ou não, nesse tipo de trabalho, com perspectivas de investimento e de continuidade, ou, pelo contrário, de ser tão-somente um trabalho provisório, 67% dos homens assinalaram a primeira opção, enquanto 19% se referiram a uma situação de provisoriedade ou de espera pela aposentadoria. Outrossim, 61% das mulheres relacionaram o trabalho na reciclagem com perspectivas de investimento e de continuidade, mas um percentual significativo (33%) o considerou provisório, almejando outras formas de ocupação de maior prestígio social (Tabela 3).

Tabela 3

Distribuição dos trabalhadores entrevistados, segundo a expectativa "profissional" e o sexo, das associações de reciclagem da RMPA — 2003

TIPOS DE EXPECTATIVA	SEXO			
	Masculino		Feminino	
	Número	%	Número	%
Investimento/continuidade .....	14	67	11	61
Provisoriedade/aposentadoria .....	4	19	6	33
Indiferentes/não sabem .....	3	14	1	6
<b>TOTAL</b> .....	21	100	18	100

FONTE: Pesquisa de campo.

Ainda sobre a questão da identidade com o trabalho na reciclagem, perguntou-se aos catadores/recicladores se estes separavam os resíduos em suas próprias residências, sendo que 90% dos homens confirmaram fazer a separação, enquanto 78% das mulheres afirmaram separar o lixo em casa (Tabela 4).

Tabela 4

Distribuição dos trabalhadores entrevistados, segundo a situação de separação dos resíduos na residência e o sexo, das associações de reciclagem da RMPA — 2003

SITUAÇÃO	SEXO			
	Masculino		Feminino	
	Número	%	Número	%
Sim	19	90	14	78
Não	2	10	4	22
<b>TOTAL</b>	21	100	18	100

FONTE: Pesquisa de campo.

Por fim, questionando-se os entrevistados sobre como acreditavam que o seu trabalho era visto nas suas comunidades ou pela sociedade como um todo, 62% dos homens e 44% das mulheres responderam que o trabalho nos galpões era visto como relevante; o preconceito, de forma parcial ou total, foi mencionado por 44% das mulheres, enquanto somente 24% dos homens percebiam esse tipo de reação por parte dos vizinhos e do resto da sociedade (Tabela 5).

De maneira geral, o que transparece nas respostas masculinas é o desejo de se tornarem independentes, através de negócios próprios, inclusive na área de reciclagem, havendo, nesse sentido, maior conformidade e/ou satisfação em relação ao trabalho executado no galpão. Nas falas das mulheres, por outro lado, surgem com mais frequência demonstrações de tristeza ou de revolta em relação ao trabalho que realizam, como uma catadora/recicladora de uma associação de Porto Alegre que expressa sua vontade de "(...) largar esta vida", ou outra que diz que gostaria de "(...) acordar e ver que tudo que passou foi apenas um pesadelo". Ao mesmo tempo, estas, mais do que os homens, imaginam a possibilidade de sair desse tipo de trabalho para carreiras de nível universitário, como a catadora que deseja ser instrumentadora cirúrgica, ou outras que almejam a profissão de professora ou de assistente social.

Tabela 5

Distribuição dos trabalhadores entrevistados, segundo o tipo de percepção sobre como seu trabalho é considerado e o sexo, das associações de reciclagem da RMPA — 2003

PERCEPÇÃO	SEXO			
	Masculino		Feminino	
	Número	%	Número	%
Relevante/interessante/reconhecido .....	13	62	8	44
Começo difícil, melhor agora .....	1	5	1	6
Preconceito de alguns, reconhecimento de outros .....	-	-	4	22
Preconceito/falta de consciência .....	5	24	4	22
Não responderam/não sabem .....	2	10	1	6
<b>TOTAL</b> .....	<b>21</b>	<b>100</b>	<b>18</b>	<b>100</b>

FONTE: Pesquisa de campo.

Não obstante, a organização dos catadores/recicladores é contemplada com uma possibilidade de resgate da cidadania desses trabalhadores, contrapondo-se à situação isolada dos catadores de rua, que trabalham por conta própria. Nesse contexto, conforme indica Abreu (2001), referindo-se à atuação dos catadores/recicladores nos "lixões", prévia à organização em galpões de reciclagem, a participação das mulheres é destacada:

"(...) os catadores nos lixões possuem forte senso comunitário e a grande presença de mulheres [entre eles] facilita o trabalho social — elas ouvem mais, acreditam mais na possibilidade de transformar sua vida e bebem menos do que os homens. Os catadores de rua não atuam numa área restrita como o lixão, não têm horários e o trabalho na rua lhes dá a sensação de liberdade; a atividade dispersa e solitária os faz mais individualistas" (Abreu, 2001, p. 35).

### 3 - Considerações finais

As diferenças entre as visões das trabalhadoras e dos trabalhadores, nos galpões de reciclagem, sobre suas atividades atuais e perspectivas futuras estão relacionadas às maneiras distintas pelas quais homens e mulheres são socializados para o mundo do trabalho e à importância relativa atribuída ao crescimento profissional, em se tratando de pessoas do sexo masculino ou do feminino.

Observa-se, através das respostas das catadoras/recicladoras, que o auto-reconhecimento de seu papel socioambiental de "agentes ecológicos" é ainda ambíguo. O cuidado com o meio ambiente e a relevância da atividade de reciclagem são ressaltados por várias trabalhadoras, porém, algumas afirmam que estão desempenhando essa função "(...) porque foi o que restou para elas". Levando-se em conta que as catadoras/recicladoras, na grande maioria, não escolheram sua ocupação, surge aí um desafio para o desenvolvimento de sua identidade, pois, apesar da importância social e ambiental de sua atividade, elas sonham em realizar outros trabalhos.

Outrossim, verifica-se que, mesmo mencionando o desejo de trocarem de trabalho, as mulheres permanecem em maior número e por mais tempo, em média, no trabalho de reciclagem. A segurança e o respeito, mencionados como os principais aspectos que as fazem optar por essa atividade, de certa forma, demarcam a diferença entre as atividades de separação e de pré-beneficiamento dos resíduos dentro dos galpões e a que é exercida por catadores de rua, muito mais exposta a riscos.

Por outro lado, a prioridade dada pelas catadoras/recicladoras aos aspectos de segurança e respeito como os fatores principais para sua permanência nos galpões vincula-se, em parte, à origem de constituição das associações de reciclagem, com a presença de agentes pastorais e de técnicos do poder municipal que assessoram e apóiam as atividades desses trabalhadores autônomos. Dentre as formas de apoio, citam-se não apenas os cursos para qualificação e alfabetização, mas também as vantagens de poder contar, em alguns casos, com creches e outros equipamentos cedidos pela municipalidade ou pela Igreja Católica. Efetivamente, os assessores externos percebem as mulheres como mais propensas ao trabalho comunitário e solidário e, nesse sentido, priorizam sua atuação sobre elas.

Todavia, com o reconhecimento paulatino de seu trabalho como uma atividade social e ambientalmente relevante, as catadoras/recicladoras vêm, aos poucos, conquistando identidade e autonomia próprias e, dentro de seus próprios ritmos, empoderando-se em suas trajetórias.

## Referências

- ABREU, Maria de Fátima. **Do lixo à cidadania: estratégias para a ação**. Brasília: UNICEF/Caixa Econômica Federal, 2001.
- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. Associativismo. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- BARROS, Ricardo Paes de; MACHADO, Ana Flávia; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto. A desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão, n. 453).
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre: FEE, v. 2, p. 25-106, 2002.
- BUENO, Paulo Fernando Zanardini. Gênero e ação ecológica: a participação feminina nos galpões de reciclagem. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS, 13., Porto Alegre. **Anais....** Porto Alegre: UFRGS, 2001, p. 1-27.
- CALDERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo**. São Paulo: Humanitas Publicações/ FFLCH-USP, 1998.
- CASTRO, Mary Garcia. "Feminização da pobreza" em cenário neoliberal. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre: FEE, v. 1, p. 89-96, 2001.
- CASTRO, Rogério Álvaro Serro de. As "Associações" no novo Código Civil. **Jornal do Meio Ambiente**, Niterói, RJ, 2003. Disponível em: <http://www.jornaldomeioambiente.com.br> Acesso em: 3 dez. 2003.
- DELEVATI, Dionei Minuzzi et al. Centro De Educação Ambiental. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 3. 2002, Santa Cruz do Sul. **Lixo e sustentabilidade: anais**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2002.
- DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FARRGS. **Curso de geração trabalho e renda: Programa Peti**. Porto Alegre: FARRGS, 2002.
- FIORI, José Luís. **Em busca do dissenso perdido**. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL. **Gerenciamento dos resíduos sólidos** — Município de Porto Alegre. Porto Alegre: METROPLAN, 2000.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Pesquisa Nacional sobre as mulheres. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> Acesso em: 26 abr. 2002.

GALEAZZI, Irene. Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre: FEE, v. 1, p. 61-68, 2001.

INFORME PED. Porto Alegre: FEE, v. 4, n. esp., jan. 2002.

INFORME SOBRE DESAROLLO HUMANO 2001. Washington, DC: PNUD, Mundi-Prensa, 2001.

LASCH, Christopher. **O mínimo eu**: sobrevivência psíquica em tempos difíceis. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LASCH, Christopher. **The culture of narcissism**: american life in an age of diminishing expectations. New York: Norton, 1991.

MARCUSE, Peter. **The informal sector as a structure of relationship among groups**. (S. l.: s. n.), 2000. Mimeo.

MARTINS, Clitia Helena Backx. **Trabalhadores na reciclagem do lixo**: dinâmicas econômicas, sócio-ambientais e políticas na perspectiva de empoderamento. Porto Alegre: UFRGS, 2003. (Tese de Doutorado, PPGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS).

MULHER E TRABALHO. Porto Alegre: FEE, v. 22, p. 25-106, 2002.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. Porto Alegre: aqui as mulheres não se escondem. **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: FEE, v. 2, p. 159-169, 2002.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sobre fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN, Márcio. **Políticas de trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança**. São Paulo: LTr, 1995.

POSTHUMA, Anne Caroline; LOMBARDI, Maria Rosa. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: v. 11, n. 1, jan.-mar. 1997.

PROJETO GALPÃO. **Escolarização nas unidades de reciclagem em Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS-PMPA/SMED, 2001. (Cópia em disquete).

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, André Ricardo de. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil** — a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA-LOBO, Elisabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.